

35º Encontro Anual da Anpocs

GT 20 – Metamorfoses do rural contemporâneo

Título do trabalho:

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE COLETIVA: CONFLITOS, TRADIÇÃO E CONTRADIÇÃO
ENTRE ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA**

AUTOR

Valter Lúcio de Oliveira

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA: conflitos, tradição e contradição entre assentados de reforma agrária

Valter Lúcio de Oliveira¹

RESUMO

A partir de pesquisa empírica realizada em um assentamento, este artigo busca problematizar certas questões que são consideradas essenciais aos militantes do MST, mas que cada vez mais sofre forte interpelação das novas condições de existência que vão sendo construídas pelos assentados. Questões que ganham significativas dimensões e produzem sérias situações de conflito que, por sua vez, expõem as contradições que são intrínsecas às estratégias de relacionamento e sobrevivência nestes espaços. Estará no foco desse artigo, portanto, o difícil ajuste promovido entre aqueles que buscam consolidar e justificar sua existência social a partir de um discurso político no qual reafirmam certos atributos camponeses e as questões práticas que emergem no cotidiano de um assentamento.

INTRODUÇÃO

As análises construídas neste artigo pretendem problematizar certas questões que são essenciais aos militantes Sem Terra, mas que cada vez mais sofrem contundentes interpelações das novas situações que vão sendo construídas a partir do momento em que se concretiza o assentamento. Questões relativas à produção, relação com a terra, arrendamento, trabalho urbano e até mesmo relações matrimoniais entre assentados vêm criando situação de conflito quase insuportáveis e expondo uma série de antagonismos que estão na base das estratégias de relacionamento e sobrevivência nestes espaços.

Para a construção de tais análises tomo por base uma pesquisa de campo² que envolveu além de um assentamento recentemente criado, um outro assentamento mais antigo e um acampamento. Todos relativamente próximos à região metropolitana de Porto Alegre e todos eles sob a liderança do MST. Para o seu se seguirá, serão privilegiados os aspectos empíricos do “assentamento novo” (quatro anos de existência à época do trabalho de campo)³.

Deve ser salientado, introdutoriamente, que o investimento promovido pelos militantes do MST para produzir um “sujeito Sem Terra” se insere em um processo de lutas sociais no qual estão engajados, direta ou indiretamente, muitos outros agentes sociais com maior ou menor poder. Como apontou Bourdieu (1977), a construção da realidade social é um efeito dessas lutas sociais. Nesse sentido, aquilo que é produzido idealmente pelos militantes do MST sofre

¹ Professor do Departamento de Sociologia da UFF.

² Que contou com apoio do CNPq na forma de bolsa de doutorado e da Capes na forma de bolsa “sanduíche”.

³ Uma pequena parte dessa pesquisa foi realizada em 2007 e a maior parte entre 2008 e 2009 totalizando, aproximadamente, oito meses ao longo dos quais realizei visitas de curta duração em que acompanhei reuniões e realizei entrevistas semi-estruturadas com diversos atores sociais. O conjunto desses dados alimentou as análises contidas em minha tese de doutorado (OLIVEIRA, 2009).

transformações e ajustes ao longo desse processo que se acentua quando passam à posição de “com terra” e precisam se reproduzir socialmente.

Muitos estudos comprovam que ao se transformar uma área em assentamento ocorrem, quase sempre, impactos significativos em várias dimensões da realidade local. Mas não é muito comum que estudos busquem compreender os ajustes que os assentados precisam realizar para integrarem-se em tal realidade. Menos ainda se considerarmos que estes assentados inserem-se a espaços rurais que não são estáticos, mas que experimentam mudanças em vários sentidos.

Estratégias de sobrevivência fundadas na pluriatividade, na promoção de novas ruralidades, em novas opções produtivas e na fluente relação entre campo e cidade redefinem as características atribuídas àqueles que vivem no rural e que estão ali desenvolvendo atividades agrícolas (e não-agrícolas). Estes agricultores, portanto, lançam mão dessas estratégias de sobrevivência que introduzem mudanças em diversas dimensões do mundo rural. Vale dizer, em relação a estas estratégias, que caso um agricultor decida arrendar uma parte de sua propriedade para criar as condições de produção na outra parte, ninguém irá lhe impor obstáculos legais ou morais que impeça tal prática. Da mesma forma, se este mesmo agricultor decidir ocupar parte de seu tempo em trabalhos não agrícolas, seja no meio rural ou no meio urbano, também não deverá prestar satisfação ou suportar a desconfiança de ninguém (ainda que possam existir várias outras dimensões a serem socialmente controladas). Essa tolerância social em relação à flexibilidade identitária dos que já estão a mais tempo integrados em tal dinâmica encontra maior resistência entre aqueles que precisam consolidar e justificar sua existência social reafirmando certos atributos camponeses. Os assentados vivem esta situação de buscarem ou, mais propriamente, de serem levados a experimentarem uma “pureza social” que, em certa medida, nunca existiu. Tanto mais quando, atualmente, suas lideranças visam um público de características predominantemente urbanas.

Para dar conta dessas contradições realizo ao longo do artigo a descrição de situações (por vezes prosaicas) com as quais tive contato e que remetiam a questões fundamentais como o formato de relação com a terra, a relação campo x cidade e a centralidade das atividades não agrícolas. São situações que também apontam para uma dinâmica de sociabilidade que está sendo constantemente alimentada por várias questões que foram sendo construídas ao longo da luta pela terra.

Em função dessa dimensão sequencial, considero relevante realizar, inicialmente, uma breve análise sobre o acampamento e colocá-lo em paralelo com as condições posteriormente definidas pelo assentamento visando, dessa forma, auxiliar na melhor compreensão dos aspectos que serão discutidos mais detidamente sobre este último.

O ACAMPAMENTO COMO *INSTITUIÇÃO TOTAL* E COMO *ESTUFA DO EU*

O acampamento se caracteriza por sua coesão interna. Tanto física quanto organizativamente os acampados estão submetidos a uma dinâmica de convivência controlada por uma série de “tecnologias” de organização que impede, no geral, a ocorrência de comportamentos muito contrastantes. O que não significa homogeneidade. As tensões e conflitos lhe são constitutivos, mas o poder de controle é mais acentuado. Nesse sentido, sua “organicidade”⁴ é muito mais eficiente e incorporada por todos. Ainda que vários outros objetivos se somem, suas ações se justificam e tomam um rumo cujo destino principal é a conquista do assentamento. Enquanto esse destino não se realiza, o poder de organização baseado em princípios definidos pelo MST não enfrenta oposição interna significativa, e as que ocorrem de forma mais explícita são relativamente fáceis de serem contidas.

Nesse sentido, pode-se dizer que no acampamento vigora um processo que pode ser entendido a partir do conceito de *instituição total* desenvolvido por Goffman (2003[1961]). O primeiro aspecto importante considerado por Goffman nas suas análises é a constatação de que em maior ou menor medida toda instituição tem tendência ao fechamento. Em geral, conquistam seus associados lhes oferecendo, como contrapartida, algo de um determinado mundo. As instituições totais são aquelas nas quais este fechamento é significativamente mais acentuado.

O acampamento é um espaço constituído por uma diversidade de pessoas e tem por objetivo a realização de determinadas tarefas e atividades de maneira que conquistem o direito e se tornem aptos a assumirem um lote de terra em um assentamento. Um outro grupo, que estaria constituído majoritariamente pelas lideranças do MST estaria ali não tanto pela recompensa do lote de terra, mas visando outro tipo de recompensa de caráter mais simbólico. Estas lideranças vivem o acampamento, sobretudo, como um espaço de retirada do mundo e como um processo de formação – pessoal e coletiva – que lhes habilita a pensar e agir sobre o mundo do qual saíram (ascetismo)⁵. Estariam próximos, portanto, daqueles tipos que, conforme Goffman, seriam representados, respectivamente, por aquelas instituições estabelecidas para a realização de algum tipo de tarefa e se justificam em função de tal (quartéis, internatos, campos de trabalho, colônias...); e aquelas destinadas a servir de refúgio do mundo e como locais de instrução para seus religiosos (abadias, conventos, mosteiros....).

⁴ Expressão frequentemente utilizada entre os Sem Terra para fazer referência à sua estrutura organizativa e, simultaneamente, ao seu grau de organização.

⁵ Weber (1985, p.372-374) traça um paralelo entre o Ascetismo e o Misticismo. Ascetismo é caracterizado por: ação no mundo desejada por Deus; o devoto é um instrumento de Deus; tem vocação mundana; objetiva domesticar o mundo; prova-se através da ação. Já o Misticismo tem por característica: um estado de possessão; não está voltado para a ação; o devoto é um “recipiente” de Deus; fuga contemplativa do mundo; existência religiosa incógnita; minimização da ação.

O aspecto central das instituições totais está no fato de romperem com a estrutura da vida cotidiana normalmente caracterizada pelo estabelecimento de locais diferentes e bem definidos para dormir, brincar e trabalhar. As instituições totais rompem com essa estrutura pelo fato de: (1) todos os aspectos da vida serem realizados no mesmo local e sob uma única autoridade; (2) haverem responsabilidades individuais na realização de atividades similares realizadas coletivamente; (3) haver o estabelecimento de horários para a realização das atividades que estão concatenadas umas às outras regidas por um sistema de regras e por um grupo de funcionários; (4) as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição.

A equipe dirigente, como nas instituições totais definidas por Goffman, tende a sentir-se superior quanto a determinadas características, mormente no que se refere ao discernimento político no caso aqui analisado. É a partir dessa superioridade que vão monitorando aqueles que mais acumulam este capital e se aproximam de um ideal militante ou, o contrário, continuam na “mesquinhez” de pensar apenas na conquista da terra.

Esse aspecto está relacionado a uma outra dimensão relevante que pode ser depreendido da vida em grupo conduzida por uma equipe dirigente que é a possibilidade do grupo ser tomado como um espaço possível de construção da pessoa. Essa é uma outra faceta da instituição total que é trabalhada por Goffman:

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos. Em nossa sociedade, são as *estufas* para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (2003, p.22).

Aqui Goffman se aproxima de Foucault (1988) no que se refere à constatação de uma malha saber-poder que visa capturar o indivíduo, identifica a instauração de uma espécie de ortopedia social que se realiza a partir da produção de uma série de tecnologias para transformar o eu⁶. É a vida que passa a ser o objeto central do poder e é a possibilidade do ser que passa a estar sob controle.

⁶ A partir do estudo de certas instituições em diferentes momentos históricos, Foucault notou que os mecanismos atuantes naquelas instituições também estavam presentes na sociedade ou, mais propriamente, são mecanismos que estão na origem da sociedade capitalista atual. Um tipo de administração dos corpos e gestão calculista da vida irá produzir um conjunto de técnicas de sujeição dos corpos e controle das populações. Desse processo emerge o que ele denomina de bio-poder. (Foucault, 1988, p.131-132). O bio-poder nasce, portanto, em meio às conquistas relativas ao desenvolvimento de conhecimentos sobre a vida em geral: “os processos da vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controla-los e modifica-los”(Foucault, 1988, p.134).

Entre os que formam o corpo dirigente do MST em geral, mas especialmente entre os que atuam no acampamento, o sonho que alimentam é o de fazer uma transformação profunda da sociedade. Grande parte de seus integrantes não vêm na conquista do lote de terra o objetivo final de suas lutas. A conquista da terra é um passo com pouca significância diante das pretensões mais ambiciosas que acompanham suas ações. Essas lideranças, que já chegam no acampamento dotados da “consciência política” a partir da qual constroem uma determinada leitura da realidade, estão ali para experimentarem uma vida de desapego material e por entenderem um espaço fecundo para *cultivar* militantes. A etapa de acampamento deve ser uma etapa de transformação para aquele acampado que ainda não atingiu a “consciência política” partilhada pelos dirigentes. Aquele que decide acampar pensando somente na terra deveria sair do acampamento consciente da sua condição de subjugado a um sistema opressor contra o qual ele deve lutar com toda sua força e, a partir dessa nova consciência, transformar em secundário aquele objetivo principal. O acampamento, nesse sentido, passa a ser um local de experimento de produção do sujeito. Uma série de tecnologias do eu (Foucault, 1990) são empregadas para fazer desses acampados que chegam ali, “vazios” de consciência política, aptos a se portarem como verdadeiros militantes.

A expressão de tal empreendimento ficou verbalmente evidenciado quando, ao comentar com uma dirigente sobre alguém que havia deixado de compor o quadro de militantes do acampamento, ela foi lacônica e definitiva: “*Militante que não forma militante não é militante!*”. Ou seja, a “moeda” de maior valor que circula entre os que se distinguem como militantes são os novos militantes que conseguem “produzir”. Aquele que não possui e não faz “render” tal capital não merece ocupar tal espaço de distinção.

A partir dessas análises acerca das dinâmicas presentes no acampamento que considero fundamentais à compreensão dos desdobramentos sentidos no assentamento, passo agora à caracterização desse último, acentuando as transformações que ocorrem de um espaço a outro.

O ASSENTAMENTO NOVO

O assentamento pesquisado abrigava 102 famílias e foi criado sobre uma área de 1600 ha. Esta área pertencia a uma empresa de previdência privada que, ao falir e após um longo processo judicial⁷, teve todos os seus bens confiscados pela justiça. As famílias que ali chegaram eram provenientes de pelo menos 6 acampamentos diferentes espalhados pelo estado do Rio Grande do Sul. Mas apesar dessa diversidade, a classificação social que se estabeleceu e que mais repercutia entre eles fazia referência aos que vinham da região central do estado (mais

⁷ O longo processo de conquista dessa área esteve permeado por vários acontecimentos graves que contribuíram para o acirramento das divisões internas.

interiorana e vinculados mais diretamente à atividade agrícola) e aqueles que vinham da região próxima à capital, em sua maioria provenientes das “vilas”⁸.

Em função de sua existência recente este assentamento ainda trazia, em grande medida, uma prática organizativa assimilada durante o período de acampamento. No entanto, havia ali uma maior “independência ideológica” com relação ao MST e o formato de organização em grupos (bolsões) e a constituição de uma coordenação geral do assentamento atendiam, prioritariamente, a objetivos muito mais pragmáticos. A relação e o compromisso com a luta mais ampla do MST se expressavam a partir daqueles que eram de fato militantes, ou seja, aquele grupo restrito de pessoas que integrava alguma instância hierárquica do Movimento para além de sua condição de assentado. Eram aqueles que, em função das muitas tarefas externas que deviam cumprir para atender a determinadas finalidades organizativas, raramente se dedicavam aos seus lotes. O formato das ações que caracteriza o MST também estava presente entre o conjunto dos assentados, quando tinham a necessidade de realizar determinadas reivindicações e protestos junto aos órgãos públicos para conquistar crédito, manutenção das estradas, etc.

Portanto, os assuntos principais durante essa fase inicial estão relacionados com as questões mais urgentes: os créditos a que terão direitos, a negociação coletiva do arrendamento de parte seus lotes para a produção do arroz, melhorias das estradas, a construção da igreja, problemas com as divisas dos lotes, etc. Mesmo que no acampamento as questões práticas eram também as que mais mobilizavam os acampados, ali havia, ao menos, vários momentos coletivos voltados para a mística do Movimento e para formação política. No assentamento essa dimensão era praticamente inexistente, ela estava concentrada apenas nos militantes mais fiéis que viviam o MST no seu cotidiano e, por isso, estavam em constante contato com os momentos de lutas mais intensas que são, por sua natureza, reforçadoras da identidade e da mística do Movimento. Mas isso não significa que havia no assentamento uma recusa ao MST, ou mesmo uma postura pessoal que renunciasse ao seu passado individual e coletivo de lutas. Não encontrei nenhum caso que desprezasse o Movimento, ainda que tecessem fortes críticas aos militantes mais representativos e aos rumos que atribuíam ao MST. Em geral essa vinculação com o Movimento se expressava na forma de gratidão e fidelidade⁹.

O que é facilmente notado neste assentamento é a ocorrência de um processo que se caracteriza pela tensão de se reunir, em um único espaço, uma diversidade de público proveniente de vários acampamentos que, por sua vez, já estavam compostos por um público bastante variado. Esse aspecto ganha maior dimensão na medida em que ainda estão numa

⁸ Que, de forma pouco rigorosa, seria o que se define como “favela” em outras regiões do país.

⁹ Interessante e inspiradoras são as análises acerca dessas noções (fidelidade e gratidão) realizadas por Simmel (1998).

condição em que precisam se fazer notar, especialmente frente ao poder público, de forma unitária.

Se a ida para o assentamento já significa, em certa medida, um desvencilhar da rotina controlada do acampamento – dando vazão às diferenças até então, relativamente, contidas –, quando se reúne diversas pessoas de diversos acampamentos, a tensão da diferença é ainda maior. Devido ao fato de viverem um momento de recente organização, os ajustes entre os grupos ainda não estão consolidados. Entretanto, vivem uma fase na qual a organização e coesão ainda é fundamental para a reivindicação de certos serviços necessários ao conjunto do assentamento. Por isso, é preciso que se façam coesos frente a tais necessidades. Mas não há um grupo que absorva os diversos interesses difusos e que sejam reconhecidos como “porta-vozes” do conjunto do assentamento. A diversidade de interesses neste caso produz uma diversidade de lideranças. Além disso, como verá mais adiante, a proximidade com a cidade também gera efeitos na forma como as famílias buscam sua reprodução, que, por vezes, se choca contra os ideais do Movimento.

No assentamento as relações sociais se rearranjam. As relações de parentesco se acentuam, inclusive com a chegada de parentes que vieram se juntar aos que conquistaram a terra; as relações de vizinhança e de amizade são priorizadas; certos dotes individuais vão se tornando conhecidos e aumenta a diversidade de categorias sociais que durante o acampamento não tinham vazão. São pessoas que se destacam a partir de diferentes atributos: como o bom agricultor que se torna conhecido por sua competência, como o bom negociador que se torna referência para trocas e vendas diversas, outros adquirem destaque por seus atributos religiosos (católicos, crentes ou umbandista/batuqueiro); e outros continuam com a distinção de militantes que já traziam do acampamento, mas ali são como mais um grupo, importante, sobretudo, na mediação política com o exterior. Portanto, a diversidade contida durante a fase de acampamento ganha, a partir do momento em que se estabelecem no assentamento, grande amplitude interna e externa.

Em resumo, a diversidade de expressões sociais daqueles que ingressam no **acampamento** encontra ali um tipo de afunilamento. O que não significa eliminação de tal diversidade, mas a ocorrência de maior controle de suas expressões. Ao sair para o **assentamento** essa diversidade ganha nova amplitude enriquecida por novos símbolos e pela experiência vivida no acampamento.

Portanto, tomando a pertença ao MST como a principal referência que os congrega, temos no acampamento um ambiente fortemente definido pelos limites que suas lideranças impõem. Do acampamento, passamos ao assentamento novo, que se caracteriza por ainda possuir

uma dinâmica organizativa pujante e com necessidades de ações de impacto – típicas do período de acampamento – para reivindicar suas necessidades imediatas, mas onde a fragmentação de interesses e lideranças é bem acentuada. Ilustrativamente, pode-se imaginar que a sociabilidade estabelecida no acampamento se caracteriza por uma dinâmica centrípeta, ou seja, tudo converge para um centro aglutinador das informações, decisões, representações e poder. Na medida em que se distanciam, no espaço e no tempo, desse centro aglutinador e se estabelecem “autonomamente” em seus lotes, a dinâmica que é gerada se caracteriza por sua força centrífuga. Ou seja, pulveriza-se aquele centro aglutinador em vários pequenos centros de coesão em torno de interesses específicos. Enquanto no acampamento a vida está muito mais exposta e tudo se conjuga com a luta – mesmo aspectos prosaicos e íntimos como assistir televisão, uma certa gestão da sexualidade, a prática religiosa, etc –, nos assentamentos a vida está menos exposta e todas essas questões ganham curso próprio, ou com lideranças e referências específicas, como aquelas da religião, do esporte e lazer, da produção e mesmo da política.

Mas mesmo essa dimensão mais pragmática serve, em certas ocasiões, de motor para fazer vicejar o germe da contestação e da mística tão caros aos que viveram a dinâmica do Movimento. Nesse sentido, exponho a seguir um evento que irá marcar o assentamento e mesmo o cenário político-ideológico estadual (com reflexos nacionais) a partir do qual se desenrolaram intensas disputas nas quais diversos atores estiveram enredados.

AÇÃO, LEGALIDADE E IDENTIDADE

Do ponto de vista produtivo, este assentamento estava localizado numa região propícia para a produção de arroz irrigado. Mais da metade de sua área era utilizada para a produção desse cereal. Devido a tal situação, à maior parte dos assentados foi destinado um lote de 4 ha de terra no “seco”, ou seja, numa parte não inundável propícia à produção de gêneros para o auto-consumo, e outra parte de aproximadamente 10 ha no “banhado”, como costumavam se referir a essa grande área inundável, cuja aptidão, quase exclusiva e bastante lucrativa, era a produção de arroz irrigado.

Tal característica tornava o custo daquela área muito elevado e, por isso mesmo, muito cobiçada pelos plantadores de arroz. No entanto, apesar das condições favoráveis à produção dessa cultura, os assentados não detinham os meios propícios à utilização dessa área, pois se trata de uma cultura que demanda um alto custo de investimento, sobretudo em maquinários de grande porte. Portanto, apesar de possuírem uma terra com alto valor agregado, para aqueles assentados recém chegados não havia a menor possibilidade de cultivá-la imediatamente. Outro agravante era que tal cultura não fazia parte dos costumes agrícolas daqueles que tinham algum histórico de trabalho na agricultura – nem falar daqueles provenientes da cidade.

As condições estavam dadas para que buscassem no arrendamento a saída mais viável para obterem algum rendimento daquela área. Assediados pelos “Catarinas”¹⁰ os assentados logo negociaram o arrendamento da parcela inundável de seus lotes, mesmo cientes (tanto os assentados quanto os arrozeiros) de que tal prática era proibida em áreas de assentamento. O contrato assinado entre os arrozeiros e os assentados previa três anos de arrendamento e alguns bolsões¹¹ acabavam de renovar o contrato por mais cinco anos. Quando estavam concluindo os primeiros três anos de arrendamento de seus lotes, no período em que finalizava essa pesquisa, tal ilegalidade veio à tona. Iniciou-se um intenso imbróglio judicial que envolvia os Sem-terra, o MST, os arrozeiros (e seus advogados), o INCRA, o Ministério Público Federal e Estadual, a Polícia Federal, a Brigada Militar, a mídia regional e o Judiciário estadual. Além disso, produziu um forte clima de tensão internamente aos assentados, pois era sabido que aquelas denúncias haviam sido realizadas por alguns assentados (falava-se em 4 traidores) juntamente com dois arrozeiros (do total de cinco) que não concordaram com a renegociação do arrendamento e denunciaram o INCRA por prática de extorsão.

Esta denuncia está relacionada com o fato de que o INCRA, após descobrir o arrendamento, haver exigido que tal prática não fosse mais repetida. No entanto, aquele momento coincidia com o período da colheita do arroz e para que nem os sem-terra e nem os arrozeiros sofressem um prejuízo total, o INCRA permitiu que se procedesse à colheita, mas recomendou aos sem-terra que renegociassem o valor que iriam receber pelo arrendamento, pois o previsto originalmente estava bem abaixo daquele praticado no mercado, aproximadamente metade do seu valor básico.¹² Sugeriu também que o valor renegociado, para além do previsto originalmente, servisse de fundo de investimento para que eles próprios tivessem condições de produzir arroz na safra seguinte. Tudo isso gerou uma série de mal-entendidos que pode ser verificado nas inúmeras matérias da imprensa local e mesmo nacional ao redor desse processo. Um dos mal entendidos era de que o valor “extorquido” seria destinado à manutenção do MST e, conseqüentemente, de suas ações. Essa suposição valeu matéria de capa do principal jornal do

¹⁰ Trata-se de plantadores de arroz que vinham do estado de Santa Catarina para arrendar terras no Rio Grande do Sul devido a seu baixo custo. Em geral o custo no RS era menor do que em SC, mas nos assentamentos esse custo era ainda mais baixo, chegava à metade do preço praticado no RS.

¹¹ Os assentados estão subdivididos em "bolsões", grupos que formam a base organizativa do assentamento.

¹² Sem considerar o fato de que aquela área estava muito próxima da cidade e da principal rodovia do Rio Grande do Sul, o que lhe atribuía um valor ainda maior no mercado de arrendamento. Obviamente que deve estar computado nesse valor os riscos que os Catarinas corriam ao investirem numa prática sabidamente ilegal e que a qualquer momento poderia ser descoberta.

RS. “As relações perigosas” era o título da matéria na qual estabelecia um vínculo suspeito entre o INCRA e o MST.¹³

Diante de algumas evidências, fiquei com a nítida impressão de que, mesmo sobre mim, pesava alguma suspeita de delação a propósito do vazamento de informações sobre aquela negociação realizada entre os assentados e os arroteiros que tinha sido motivada pelo INCRA. Na semana imediatamente anterior à repercussão midiática do escândalo eu havia entrevistado uma assentada que espontaneamente me contou em detalhes como se deu a negociação com o INCRA e com os arroteiros. Passados alguns dias após o vazamento do que havia se efetivado ali, um outro assentado me confessou que aquela assentada, entrevistada por mim, estava incluída dentre os casos suspeitos de traição – naquele momento os suspeitos chegavam a uma dezena¹⁴. Segundo esse assentado ela estava falando para todo mundo sobre algumas negociações que estavam relacionadas com aquele escândalo e que haviam sido tratadas entre eles de forma sigilosa.

Julguei prudente expor a essa assentada as minhas preocupações¹⁵. Ela me tranqüilizou dizendo que não havia nenhuma suspeita sobre mim, ao menos que ela soubesse. Ela havia descoberto, por casualidade, que o nome dela constava da lista de suspeitos quando, ao questionar o presidente da Comunidade sobre os motivos que o levou, de forma unilateral, a cancelar a festa da Comunidade¹⁶ prevista para o mês seguinte, ele justificou dizendo que o clima estava muito tenso e insinuou que o nome dela havia sido aventado com suspeição. Achavam que ela repassava informações da coordenação (onde era representante de seu bolsão) para um dos assentados que, segundo eles, era, comprovadamente, “traidor”. Portanto, apesar de

¹³ Sobre a versão midiática desses fatos vejam as seguintes edições do Jornal Zero Hora: 15.933 (16/04/2009), 15.934 (17/04/2009), 15.954 (07/05/2009), 15.961 (14/05/2009) e 15.964 (17/05/2009).

¹⁴ Essa situação me faz lembrar aquela parte angustiante do relato que Chaves (2000, p.320-333) realiza sobre a expulsão de um marchante que foi submetido a um escárnio público fazendo-o viver uma situação extremamente vexatória. Fato agravado quando descoberto que aquelas suspeitas eram improcedentes. Esse caso descrito por Chaves também me fez lembrar um saboroso romance de Milan Kundera: “A Brincadeira” (1985). Como se a vida imitasse a ficção, o personagem principal desse romance é submetido a toda sorte de infortúnio pelos membros do Partido Comunista Tcheco. Essa situação teve como motivo desencadeador justamente uma frase escrita em um cartão postal, uma brincadeira que pode ser comparada com aquela do bilhete do marchante no qual refere a si mesmo e a um outro companheiro a partir de termos militares. Em ambos os casos antes de qualquer chance de defesa, o estrago em suas vidas estava irremediavelmente feito.

¹⁵ Minha preocupação principal não era pessoal, o de ser identificado como delator. Minha relação com o assentamento era casual, não dependia daquele espaço, nem mesmo para concluir minha pesquisa. O que me preocupava de fato era o de haver, involuntariamente, colocado em risco a convivência e mesmo a permanência daquela família no assentamento.

¹⁶ Esta assentada também compunha o grupo que formava a direção da “Comunidade” um organização de caráter religioso. Tomando essa festa como uma “cerimônia institucional”, conforme definida por Goffman (2003, p.84-99), o seu cancelamento pode indicar a previsão de algo para o qual este autor chama a atenção quando aponta que estas cerimônias são momentos privilegiados para inversões de papéis entre lideranças e liderados, é quando mais claramente as fendas nessa relação são expostas.

estar no alvo das suspeitas, não era por minha causa que ela estava naquela situação. Percebi que nessa história havia fortes elementos de disputas e divergências pessoais que remontavam ao início do assentamento.

Com o desenrolar dos acontecimentos foi comprovado que ao menos quatro assentados, segundo algumas lideranças, haviam traído o assentamento e o nome daquela assentada havia sido desconsiderado. Sobre dois deles não tinham dúvidas a respeito de seus envolvimento desde a origem dos fatos. Seus nomes eram públicos, o assentamento inteiro sabia e revelavam para qualquer um que se interessasse em saber. A difamação e o isolamento eram as primeiras punições que lhes aplicavam¹⁷. Um deles era um senhor que já morava no assentamento antes da chegada dos Sem-terra, era o capataz da antiga fazenda.¹⁸ Uma liderança comentou comigo que a traição efetivada por este senhor não lhe tinha causado grandes surpresas, pois ele não havia vivido a experiência de acampamento e todo processo de luta para chegarem até ali. Isso, em alguma medida, justificava o fato dele não cultivar a prática da gratidão ao MST e da obediência às decisões coletivas. Disseram-me que após aquele episódio ele nem mais se reconhecia como assentado. Quando indagado sobre sua condição ali no assentamento ele dizia que não tinha nada a ver com as demais famílias ali assentadas, o que, obviamente, elevava ainda mais a indignação e o desprezo por aquele senhor.

O curioso dessa história é que da primeira vez que cheguei no assentamento várias lideranças comentaram que ele era uma pessoa muito boa, que, apesar de não ter passado pelo acampamento e todo o processo de luta que precede a chegada no lote, havia incorporado a dinâmica de organização ali estabelecida e não tinha limites a sua contribuição ao MST. Ele chegou, inclusive, a ceder uma parte significativa de seu lote para que fosse temporariamente destinado à formação de um acampamento (o acampamento existiu ali por quase dois anos). Sua propriedade ficava ao lado de uma fazenda bastante cobiçada pelo MST e manter um acampamento ao seu lado era uma forma de pressionar a sua desapropriação. Lembro também que ele era um participante assíduo das reuniões do seu bolsão, foi numa dessas reuniões que o conheci. No entanto, os atritos com a direção do MST ganharam maior proporção quando ele cedeu a energia elétrica de sua propriedade para uma guarita da “Brigada Militar” (Polícia Militar) que havia se instalado entre o acampamento e a fazenda, justamente para impedir qualquer ação de ocupação ou de sabotagem nos trabalhos da fazenda. Como ele já vivia na

¹⁷ A expulsão do assentamento era uma ação considerada, mas impraticável naquele momento, pois estavam no foco das atenções e qualquer ação contra eles poderia ganhar novas repercussões. De qualquer forma, a permanência dessas famílias no assentamento se anunciava insuportável.

¹⁸ É prática comum no MST a destinação de alguns lotes do assentamento para antigos funcionários da fazenda desapropriada.

região, aqueles policiais eram seus conhecidos e, portanto, não poderia negar tal favor. Mas ainda assim, na visão dos dirigentes do MST aquilo soava como um absurdo, pois ele estava auxiliando o inimigo. Mesmo sofrendo forte pressão, ele manteve o fornecimento de energia para os policiais.

Foi-me comentado de outros atritos que já vinham de longa data e que, possivelmente, haviam influenciado na sua decisão de “trair” o assentamento.¹⁹ Também deve ser considerado as relações que certamente ele já tinha estabelecido com os arroteiros e outros moradores da vizinhança antes de vir a tornar-se um assentado, o que poderia, como no caso dos policiais, lhe exigir uma certa lealdade no cumprimento do acordo original. Mesmo entre alguns assentados, eles entendiam que, apesar do contrato original de arrendamento prever um preço muito baixo, eles deveriam ter mantido a palavra, já que durante as safras anteriores haviam estabelecido uma boa relação com aqueles arroteiros e, mesmo pouco, o que ganhariam era bastante significativo para eles. Assim um assentado comentou sobre a relação com os arroteiros:

Eles (os arroteiros) alegavam que tinham um contrato e que aquele contrato valia. Sim, valia até que o INCRA resolveu que não valia mais. (...) Nós sabia que a terra é nossa, por direito é nossa, mas quem plantou quem trabalhou foi eles. E tu vê... 3, 4 anos tu vai criando uma amizade, vai entendendo a necessidade de cada um. Nós tinha o entendimento que nós não podia tirar tudo o que era dos arroteiros.

O outro caso confirmado de traição tratava-se de uma assentada que passou longo período acampada e compreendia a dinâmica de adesão ao MST e os procedimentos de tomada de decisão baseada nas longas discussões coletivas. Nesse caso era incompreensível, especialmente para algumas lideranças, que ela colocasse em risco a imagem e mesmo a manutenção de todo o assentamento. Não havia dúvida, para todos os que comentavam sobre este acontecimento, de que eles haviam sido corrompidos pelos arroteiros. Tinham certeza de que eles apenas os traíram porque ganharam algo em troca. Diante do grau elevado de tensão que se estabeleceu naquele ambiente, anunciava-se que a permanência daquelas famílias no assentamento se tornaria insustentável.

Dos outros dois casos, um deles havia chegado ali recentemente após haver trocado o lote que possuía em outro assentamento com aquele no qual morava agora. Nesse caso, conforme comentários, ele estava irregular e o INCRA o retiraria daquele lote. O último suspeito, o mais incerto e sobre o qual poucos comentavam, havia sido um militante com significativo

¹⁹ Apesar de ser tratada como uma traição ao assentamento, tudo leva a crer que foram os atritos com a equipe dirigente que o motivou a tal ato, ou mesmo com algum dirigente em específico. Essa suspeita foi verbalmente apontada por uma assentada.

reconhecimento durante o acampamento e no período inicial do assentamento. Quando o entrevistei ele expressava uma autoridade de quem havia estado na linha de frente do MST. Naquele período o único aspecto que depunha contra ele, presente na fala dos outros assentados, era o fato de estar quase sempre alcoolizado. Nesse caso, conforme alguns comentários, ele se adiantou a qualquer pressão e trocou seu lote por um lote em um outro assentamento distante dali.

O arrendamento de suas terras, que até aquele ponto havia sido mantido como um segredo coletivo que envolvia todos os assentados e os arroteiros, passou de um momento a outro a tornar-se um assunto público e a produzir enormes conseqüências para os envolvidos diretamente, mas também para vários outros atores sociais em diversos âmbitos. No plano local a perseguição aos traidores estremeceu as relações sociais ali estabelecidas.²⁰

Pode ser depreendido, a partir de todo esse “entreviro”, que o assentamento está em constante vigilância por grupos sociais externos e internos. Um vasto conjunto de atores sociais, nenhum dos quais isento, estavam envolvidos numa questão que é a um só tempo social, jurídica e política. O fato do MST estar inserido num acirrado espaço de lutas políticas e gozar de grande destaque na sociedade faz com que os vários agentes com os quais se relaciona de alguma forma, traga para essa relação as suas posições idealizadas previamente. Tudo isso impõe reflexos na vida cotidiana daqueles assentados.

A RELAÇÃO COM A CIDADE

Pelo fato desse assentamento fazer divisa com o perímetro urbano do município ao qual pertence, a relação com os cidadãos é freqüente. Quando buscam uma integração a essa dinâmica externa ao assentamento sua condição de “sem-terra” lhe é constantemente “jogada na cara”. Nesse longo extrato de uma entrevista com um casal cuja mulher ficou 5 anos acampada acompanhada de 5 filhos, o mais novo com apenas 6 meses, essa situação de se ver diante do preconceito é bem explicitado²¹:

Vocês ainda se consideram parte do MST?

²⁰ Conforme Simmel chama a atenção, o segredo carrega a consciência da traição: “O segredo contém a consciência de que *pode* ser rompido: de que alguém detém o poder das surpresas, das mudanças de destino, da alegria, da destruição – e até da autodestruição. Por tal razão, o segredo está sempre envolvido na possibilidade e na tentação da traição; e o perigo externo de ser descoberto se entretete com o perigo interno, que é como o fascínio de um abismo, a vertigem de a ele nos entregarmos. O segredo cria barreiras entre os homens, mas ao mesmo tempo traz à baila o desafio tentador de rompê-lo por boataria ou por confissão – e esse desafio o acompanha todo o tempo”. (Simmel, 1999, p.223)

²¹ À época o marido se manteve trabalhando no local de origem.

Imagina, sempre honrando a camisa ainda, eu vou trabalhar às vezes com a minha camisa no restaurante, porque eu cozinho lá e eu vou com a camisa do MST e tem gente que diz, “bah!, mas tu não tem vergonha de usar essa camisa?” “Eu não, com muito orgulho serei MST sempre na vida agora”. E não tenho vergonha de dizer que eu fui sem-terra e sempre digo pro outros que não tem um pedacinho de terra, vão acampar, vão lutar que nem eu lutei. (...) O MST é muito afamado, então pra quem vai atrás do que fala o repórter, nunca vai acampar, o que é de bom eles não mostram nada, eles escondem tudo. (...) Escutou que tem uma festa do melão aqui na cidade? O maior produtor de melão foi aqui do assentamento... mas eles mostraram isso na televisão? Não mostram!!! Só ripa nos Sem-terras, que são vagabundo, baderneiros... Nós ia pras lojas e o pessoal conhece nós já, pelo estilo, dá pra ver que aquele pessoal não são da cidade. Então nós ia nas lojas pra comprar alguma coisa..., tu passava na rua eles ficavam te olhando, tu cuidava com o canto dos olhos, eles ficavam olhando atrás. Quando nós começamos a comprar esse material: telha, prego, madeira e outras coisas, agora já estão vindo atrás pra conversar, eles viram que agora nós também começamos a comprar no mercado, nas ferragens, na agropecuária... Porque o dinheiro que nós pegamos aqui entra tudo no município, principalmente nos 3 mercados mais grande que tem, vai tudo ali... Nessa parte nós somos muito bem vistos... É claro, eles agradam nós porque nós gastemos ali... de primeiro nós era bicho [a primeira coisa que eles dizem é assim “aquela negrada lá do sem terra, aqueles baderneiros”] não, eles não dizem negrada, eles dizem Sem-terra baderneiros. Só que em todo lugar tem gente que não vale nada.... Não é só do MST que não vale nada. Ali *na cidade*, quanta gente que não vale nada. (*entre colchetes está a fala do Marido*)

Essa imagem dos Sem-terra difundida pela mídia e, em certa medida, assimilada pela sociedade, a de que eles são vagabundos, baderneiros, radicais... lhes atingem de forma mais potente quando se veem diante dos olhares inquiridores dos que moram na cidade ou freqüentam o restaurante onde aquela mulher trabalhava. O esforço para serem assimilados à normalidade ao dizerem que eles não são diferentes de ninguém ou quando dizem que em todos os meios sociais existem aqueles que estão à margem das regras de convivência socialmente admitidas, não os isentam dos rótulos a eles fixados de serem sem-terra e de serem do MST, e, em última instância, de serem camponeses ou, ao contrário, de não o serem. Tal constatação faz produzir um posicionamento imediato, quase como um racismo.²² A contradição nas falas da mulher e do esposo quanto ao uso do termo “negrada” para lhes caracterizar é uma evidência sintomática da forma como são vistos e como se vêem. A isso se agrega o fato de carregarem, no caso de uma

²² Situação similar ao que foi notado por Sayad entre favelados em Natterre - França: “*Tout ce qui est dit et tout le regard avivant ce sentiment de honte. Paradoxalement, le sentiment de honte est encore plus grand en situation anonyme, car ils sont un expreion colective et se pose sur la totalité du bidonville. Lês moments plus difficils sont quand il faut sortir, se donner a voir à l’exterieur. Lê bidonville colle à la peau*”. (Sayad, 1995, p. 43).

parte, também a condição de camponeses “*pelo estilo, dá pra ver que aquele pessoal não são da cidade*”. Esta condição potencializa ainda mais sua composição destoante na paisagem social. Como bem reflete Bourdieu (2000) a propósito da relação campo x cidade

o camponês torna-se 'camponês', no sentido que a injúria da cidade dá a esse adjetivo. Segundo a lógica do racismo, que se observa também entre as classes, o camponês é continuamente obrigado a contar em sua prática com a representação dele mesmo que os cidadãos lhe reenviam; e reconhece ainda nos desmentidos que ele lhe opõe a desvalorização que o cidadão o faz sofrer (p.115).

Se os camponeses ocupam essa posição de “classe objeto” (Bourdieu, 1977) na imagem idílica que emana dos cidadãos, no caso dos sem-terra o contrário dessa posição lhes atinge de forma ainda mais acentuada. Se a figura paradigmática do camponês está carregada de preconceitos, ainda assim pode-se dizer que em tempos atuais ela se reveste, em certas circunstâncias, de alguma positividade, mesmo que seja apenas como “guardiões da natureza” – em um momento em que a questão ambiental se transformou em um assunto bastante sensível à sociedade, tal importância é significativa. Mas a imagem que em grande medida se produziu dos sem-terra é justamente a de alguém que está usurpando desse patrimônio simbólico pertencente ao camponês. O fato de boa parte desses sem-terra não trazerem um histórico de relação com o campo depõe incisivamente contra eles. Em certa medida a presença atual desse perfil de sem-terra confirma o preconceito grosseiro de que o camponês é um sujeito passivo e conservador, que por ser uma “classe objeto” só pode estar sendo manipulado por lideranças cidadinas.

Ainda que estejam fortemente organizados e se sintam parte de um importante movimento social, como faz questão de acentuar esse casal, ainda assim não conseguem reverter os estigmas que lhes são dirigidos. Mesmo quando buscam a admissão a partir do jogo de reputação valorizado pela sociedade, como nesse caso em que ostentam como um troféu coletivo o prêmio individual de produtividade que um de seus companheiros conquistou, tal fato não ameniza os olhares que lhes estigmatizam e que continuam a lhes acusar de vagabundos. Numa dinâmica social de “longa duração” a imagem consolidada, a partir de inúmeros sedimentos que foram se depositando e lhe dando forma ao longo do tempo, não é reversível a partir daquilo que sempre poderá ser considerado apenas uma exceção.

Nesse sentido, mesmo quando não produzam uma reflexão detalhadamente acabada quanto ao que vem a ser um sem-terra ou mesmo um camponês, a sociedade lhe conferirá atributos que os distinguirão no cenário social. Como acentuado na fala desse casal, ao irem para a cidade eles estão expostos a um facho de luz que sentem lhes magnificar tais atributos por

contraste ao que aquele cenário reconhece como “normal”: “*tu passava na rua eles ficavam te olhando, tu cuidava com o canto dos olhos, eles ficavam olhando atrás*”. Conforme salienta Goffman (1982)

“a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” Goffman (1982, p.11)

Por ironia do destino, a única forma, a partir da qual se sentem valorizados, é justamente pela via constantemente colocada em questão por boa parte dos militantes do MST que é quando, perante os cidadãos, adquirem uma valoração econômica. Reconhecem, ironicamente, que ganham em importância a partir do momento em que começam a investir seus recursos econômicos nos pontos comerciais onde realizam suas compras. Como nessa etapa inicial do assentamento eles recebem uma soma significativa em créditos, o impacto que produzem na sociedade local é considerável. A sociabilidade mediada pelo dinheiro produz uma relação de conveniência que, ao mesmo tempo, faz suavizar a imagem negativa acumulada: “*de primeiro nós era bicho*”. Paradoxalmente é o dinheiro “humanizando” as relações sociais.

É importante notar, da mesma forma que faz Goffman (1982, p.13), que um estigma só pode ser tomado dentro de uma análise relacional. Ou seja, aquilo que estigmatiza um indivíduo no grupo ou um grupo perante outro não assume tal carga em qualquer circunstância ou qualquer espaço social. O estigma pode, inclusive, “confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso e nem desonroso”.

Nesse caso, a identidade de Sem-terra, orgulhosamente referida nesse extrato de entrevista tem esse duplo caráter. Ela se constituiu como uma identidade positivada no meio em que passaram boa parte de suas vidas e onde são ostentadas com reverência, mesmo quando já possuem terra. Entretanto, por outro lado, em outros espaços sociais ela carrega a carga negativa que foi sendo estimulada e acumulada ao longo de muitos eventos e disputas cujos atores envolvidos foram os mais variados. Paradoxalmente, essa carga negativa faz, ao mesmo tempo, reavivar a sua carga positiva e a sua força como identidade. Abdelmalek Sayad, ao estudar as favelas em Natterre – França nota algo que é similar ao caso que estudei, tanto no que se refere ao seu componente espacial quanto social. Conforme notou, “*cette conscience de la relegation, de la discrimination à la fois social et spatiale dont on est victime, ravive le sentiment des autres appartenances ou des autres formes d’identité*.” (Sayad, 1995, P. 107).

Trata-se, portanto, de considerar que a identidade dos Sem-terra foi se construindo para dentro e para fora. Internamente aos Sem-terra estudados também ocorre uma distinção entre aqueles que mais se aproximam do ideal de militância e compromisso com a causa simbolizada pelo MST – ideal este construído e em construção – colocando na periferia deste processo aqueles que não são “exemplos” de dedicação e “pureza”. Internamente ao assentamento ocorre essa categorização entre diferentes grupos a partir de uma escala que estabelece o grau de proximidade e afastamento com relação ao ideal de uma identidade de Sem-terra, mas não há uma exclusão objetivamente perceptível – exceto para os casos extremos como o dos traidores narrado acima. Com relação ao exterior, é notório o esforço para externalizar uma homogênea e coesa unidade em torno de uma praxis coletiva. Este esforço é justificado especialmente por causa de uma necessidade objetiva de serem acreditados e se protegerem enquanto grupo nos espaços sociais onde interatuam. Qualquer ambiguidade mais ou menos perceptível pode comprometer toda a imagem unitária do grupo. Dessa forma, a pressão estigmatizante que se estabelece como um mecanismo de regulação interna, pode ser notada entre eles de maneira quase sempre dissimulada, não chegando a ser uma ação deliberadamente articulada, pensada com vistas a uma possível exclusão – ainda que esta possibilidade não seja eliminada.

SEM-TERRA AGRICULTOR E SEM-TERRA TRABALHADOR URBANO

As características desse assentamento discutidas impõem aos assentados, um balanço delicado na relação interna entre os que trabalhavam fora e aqueles considerados legitimamente agricultores. No caso destes que conseguiam se empregar na cidade eles tentavam promover um ajuste entre o trabalho agrícola realizado no lote e aquele emprego urbano. As atividades urbanas mais frequentemente relatadas foram as seguintes: balconista, garçom, frentista, cozinheira, atendente de supermercado, empregada doméstica (diarista), mecânico de autos e empregado industrial. No entanto, o assalariamento urbano se constituía em um ponto nevrálgico da convivência entre os assentados. Eram promovidas constantes acusações contra aqueles que trabalhavam fora. Essas acusações se davam tanto na forma direta, quanto indireta. Nas reuniões da coordenação eram casos abordados e criticados e na convivência cotidiana podiam ser notadas algumas insinuações irônicas e estigmatizadoras do tipo que me foi declarada por uma assentada que se sentiu incomodada com a ironia utilizada contra ela por um outro assentado: *“fulano de tal pode emprestar dinheiro, pois tem um bom emprego na cidade”*.

Um dos bolsões se viu obrigado, inclusive, a se dividir em dois devido ao fato de boa parte dele ser composto por pessoas que trabalhavam fora e, em função da pouca maleabilidade de horário, acabavam enfrentando dificuldades para participar das reuniões nos horários que a

maioria escolhia. Claro que este não foi o único motivo, havia muita divergência entre alguns de seus integrantes e parte dessa divergência se dava exatamente pela posição de alguns deles que não aceitavam que as pessoas do assentamento saíssem para trabalhar fora do lote. Este bolsão era o que concentrava a participação das principais lideranças do assentamento e, por isso mesmo, o comportamento politicamente exemplar exigido de seus integrantes era muito mais incisivo e a vigilância muito mais constante. A informante que me narrou o processo de divisão do grupo sugeriu que a escolha dos horários das reuniões era feita propositalmente para que aqueles que trabalhavam fora não pudessem participar das reuniões e, assim, se isolassem da dinâmica do assentamento. A composição desse novo grupo era majoritariamente de assentados que trabalhavam em atividades urbanas.

Observei que, diante de mim, havia a tentativa de disfarçar o emprego que tinham fora do lote ou então menosprezar a sua centralidade na vida familiar: *“meu marido arrumou um bico ali na lancheria, tá substituindo uma pessoa que entrou de férias”*. A mulher que me fez esse comentário também trabalhava na mesma lancheria desde que haviam chegado no assentamento. Mas passados mais de três meses que o marido continuava naquele trabalho, o discurso havia mudado, agora era ela quem estava se preparando para sair e se dedicar apenas às tarefas do lote. Era notório o esforço que ela fazia para controlar as impressões que me causava. Quando do primeiro contato que tivemos, oportunidade em que gravei uma entrevista com ambos, tanto ela quanto seu marido demonstraram um grande conhecimento da história do movimento e usavam com desenvoltura o vocabulário militante corrente no MST. Eles se conheceram, se casaram e tiveram o único filho durante o período de acampamento. Ela quase concluiu o segundo grau. Quando estava por finalizar o terceiro ano ela abandonou os estudos para ir acampar juntamente com sua mãe. Ele também havia abandonado os estudos para ir acampar, mas finalizou o segundo grau durante o período do acampamento numa escola do MST. Fez um curso de técnico em agropecuária e chegou a realizar um pós-médio em agroecologia. Durante o período de acampamento ambos haviam ocupado posições de evidência na hierarquia do Movimento, eram militantes reconhecidos e alinhados aos seus princípios. Nesse sentido, sabiam, mais do que qualquer outro, que o ideal de um militante era aquele que incorporava o perfil camponês e fazia da sua propriedade um exemplo de produção para o consumo e de excedente para a venda. Era esse o tipo de assentado a partir do qual a luta pela reforma agrária se justificava: o camponês que sustenta a sua família e produz excedentes dos principais gêneros alimentícios para sustentar a nação.

Portanto, não era sem constrangimentos que me contavam que estavam trabalhando fora do assentamento. Além disso, haviam renunciado, tanto ele quanto ela, a postos de lideranças

que os colocariam em evidência dentro do assentamento. Especialmente sobre ele recaia uma enorme expectativa, declarada pelos demais assentados, de que ele seria o grande líder responsável pela unidade e fortalecimento do assentamento. Mas quando lhe expuseram tal expectativa ele logo afastou tal encargo dizendo que ali começava uma outra história. Ele deixou claro, para mim, que aquela nova etapa não era tanto para os debates políticos, que o principal daquela fase era trabalhar pra produzir. Fez referência ao lema “Ocupar, Resistir e Produzir” para justificar que haviam superado os momentos de ocupação e resistência e agora eles estavam vivendo a fase da produção, mesmo que ele não estivesse se mantendo, juntamente com sua família, a partir da produção de seu lote.

De qualquer forma, era esse o perfil que eles deveriam desenhar diante de mim, o de um camponês fiel aos princípios do Movimento e dedicado ao seu lote, pois provavelmente era isso que imaginavam que eu gostaria de ouvir e, ao mesmo tempo, era isso que contemplava o ideal do indivíduo formado para e a partir do MST. Nesse sentido, dizer que estavam empregados numa lancheria soava quase como uma blasfêmia, uma declaração ultrajante que não poderia ficar sem uma fala complementar meio que justificando, meio que se desculpendo pelo que disse. Quando apenas ela trabalhava, ela dizia que ficaria naquele emprego até quando estivessem mais bem adaptados para viverem do próprio lote. Quando ele também começou a trabalhar, tratava-se de um “bico”, algo provisório, apenas até o retorno da pessoa a quem substituía. Na medida em que o provisório do marido foi se tornando permanente, era ela, então, que deixaria o trabalho.

Certa vez, presenciei ela dizendo para uma amiga que sairia do trabalho porque a pressão das outras pessoas do assentamento era muito grande e a estava deixando chateada. De fato, um mês depois ela havia deixado o seu emprego e estava com o projeto de produzir pão para fornecer à lancheria na qual havia trabalhado. Ele mantinha seu emprego como frentista no posto de combustível ao qual estava integrada a lancheria onde trabalhou sua esposa.

Realmente não foram poucas as pessoas que deixavam evidente suas críticas àqueles que trabalhavam fora do assentamento. Uns faziam questão de acentuar, por exemplo, o fato de que tudo o que tinham era fruto do trabalho que desenvolviam no próprio lote, uma forma velada de criticar aqueles que dependiam de um salário externo para sobreviverem. Outros eram muito mais diretos na desaprovação: *“não lutamos pela reforma agrária para ir trabalhar na cidade”*. Enfim, era um assunto verdadeiramente melindroso, mas que coloca em questão a própria centralidade da “terra de produção” e o discurso político do MST.

De qualquer forma o fato é que a proximidade com a cidade e suas opções de trabalho aparece sempre como uma possibilidade nas estratégias de sobrevivência das famílias ali

assentadas. Também favorece o acesso a outros benefícios como saúde, educação, mercado para ofertar seus produtos e também para o consumo.

FAMÍLIA, LUTA PELA TERRA E O ENTREATO FRANCÊS

No assentamento pude confirmar o que me foi comentado por pessoas do acampamento a respeito das famílias. Apesar da maior parte haver acampado sozinho ou com algum dos filhos, praticamente todos estão com suas famílias sobre o lote. Exceto um ou outro mais jovem ou algum senhor que estava separado da família, a grande maioria estava assentada com suas famílias. Em alguns casos tratava-se, inclusive, de famílias extensas. A conquista do lote foi a oportunidade de agrupar irmãos, pais, filhos com suas esposas e netos, etc. Daí fazer sentido que a unidade de referência da contagem numérica de seus acampamentos e assentamentos seja a família.

Um dado interessante, que está relacionado a essa questão familiar, é que, segundo as normas do MST, não é permitido que dois titulares de lotes diferentes acumulem os dois lotes após o casamento. Caso ocorra o casamento entre dois assentados, um desses titulares deve abrir mão do lote que, por sua vez, será destinado a outra família.

A esse respeito narro na seqüência um diálogo que estabeleci com uma liderança durante o percurso do ônibus que nos levaria do acampamento para Porto Alegre. Eu havia tomado conhecimento daquela regra naquele dia quando presenciei uma conversa – que poderia ser classificada como fofoca – entre uma assentada e um assentado. Eles comentavam sobre a constituição de um casal formado por um homem e uma mulher, ambos titulares de lotes diferentes. Ela estava preocupada em saber se iriam perder um dos lotes, o outro considerava que não, pois já havia outro caso semelhante sobre o qual não foi aplicado tal regra. Aquela mulher o questiona se os “militantes” tinham conhecimento sobre aquele caso. Ele sugeriu que provavelmente sabiam, pois era notório a todos do assentamento. Então eu o questionei sobre a efetividade daquela regra, se ela concernia ao MST ou ao INCRA. Ele me disse que o MST denunciava ao INCRA e este retiraria um dos lotes pertencentes ao casal. Mas notei que não era um assunto sobre o qual queriam prosseguir conversando, ao menos na minha presença.

Então, no percurso da viagem que fiz com aquela liderança a questioneei a respeito dessa regra. Ela foi enfática: *“isso é imoral!!! Não lutamos para que uma família se torne latifundiária”*. *“Mas dois lotes de 15 ha não constitui um latifúndio!”* Ihe retorqui, *“é, mas é imoral, um deles deve abrir mão do lote”*. *“Mas isso é levado a sério?”* Ihe indaguei *“Sim, claro”*. Ao mesmo tempo contrapus àquela lógica uma outra lógica muito presente no MST que é o incentivo a que filhos ainda adolescente com 15, 16 anos acampem e assumam um cadastro

individual com a perspectiva de serem assentados. Comentei que via naquela possibilidade permitida e mesmo incentivada, algo que depunha contra aquela proibição, pois, na realidade, uma só família poderia estar agrupando vários lotes, como de fato sabia da ocorrência de alguns casos²³. Mas para ela se tratava de coisas muito diferentes, pois o filho iria constituir uma outra família e não ia acumular terra. Então considerei que, segundo aquela lógica, cada filho da geração seguinte se tornaria um sem-terra, pois estava claro – mesmo para o MST, ao incentivar os filhos a acamparem – que um lote de terra não era suficiente para a reprodução familiar²⁴. Ao que ela concordou. Mas não sem antes argumentar que os objetivos do MST não é incentivar a reprodução exclusivamente sobre um lote de terra, mas sim a constituição de cooperativas que unificariam os lotes e possibilitaria a reprodução coletiva, como se vê em alguns assentamentos.

Sobre as cooperativas lhe contra-arguntei que me parecia algo muito difícil de ser aceito pelas famílias camponesas, pois impunha uma dinâmica de trabalho similar ao de um empregado rural ou industrial e, como tal, depunha contra o *ethos* camponês. Comentei que esta situação obstruía o desejo de “ser patrão” de si mesmo e não depender de uma dinâmica de horário e tarefas pré-definidas cotidianamente, justificativas comuns entre os camponeses e entre os que lutam por um pedaço de terra. Então ela foi definitiva: “*mas aí se trata de uma pequena burguesia rural*”. “*Mas então segundo esse ponto de vista, os cooperativados conformam um proletariado rural!?*” revidei; “*sim, mas os modelos de cooperativas que você conhece não são mais os que o MST incentiva*”. De fato a crítica ao perfil de cooperativa que vigora em alguns assentamentos do Movimento já está incorporada nos discursos das novas lideranças. O sonho que cultivam é um trabalho coletivo sem os parâmetros capitalistas a que estão submetidas e a partir dos quais suas cooperativas são medidas. Pareceu-me algo muito próximo ao que vem a ser uma “comunidade alternativa”. Mas, aqui já havíamos desembarcado na rodoviária e nosso diálogo foi interrompido com a chegada de outro circular que nos separaria.

Nesse ponto me parece interessante fazer um contra-ponto como as experiências de lutas camponesas que conheci por ocasião de um breve trabalho de campo que realizei durante o período de estágio doutoral (sanduíche) na França. Ao longo de 15 dias convivi com diversos camponeses estabelecidos numa região que ficou mundialmente conhecida em função dos

²³ Conhecia ao menos dois casos. Em um deles o filho havia conquistado um lote e seus pais haviam conquistado outro; no entanto, este rapaz não mais habitava no assentamento e seus pais acumulavam os dois. Da mesma forma, uma outra senhora que também havia desistido do assentamento estava deixando seu lote com uma família vizinha com a qual mantinha uma relação quase que de parentesco.

²⁴ Tomando como referência o estudo de caso realizado no Nordeste do Brasil, Novaes (1985, p.26) faz uma observação que me parece pertinente também para a situação dos sem-terra: “Condições estruturais dadas pela escassez de terra (...) e pelas relações sociais de dominação que subordinam tais unidades à dinâmica da expansão capitalista não lhes permitem ultrapassar certos limites de acumulação, e determinam sua reprodução – quando lograda – na mesma posição estrutural”.

históricos de enfrentamentos com a ordem militar, política e econômica. São enfrentamentos que remontam, pelo menos, ao início da década de 1970.

Trata-se de uma região situada a 600 km a sudoeste de Paris, com uma topografia bastante acidentada e rochosa, com baixa densidade populacional ao redor de 15 habitantes/km². É conhecida como “*Plateau du Larzac*”, referência ao planalto no qual se situa. A especialidade produtiva da região é a ovinocultura leiteira e seu leite abastece a produção do queijo *Roquefort*, um dos queijos cuja tradição é emblemática na França. Em função de suas peculiaridades, o Roquefort só pode ser produzido naquela região e, mais especificamente, em um município que leva o mesmo nome.²⁵

Essa região sofreu uma séria ameaça quando em 1971 o Governo de Charles de Gaulle decide expandir um pequeno campo militar que já existia em Larzac. O argumento era de que aquela região era pouco habitada e não tinha aptidão agrícola. Iniciava-se um intenso combate contra aquela expansão que desapropriaria vários camponeses. Similar ao MST, a origem desse movimento estará fortemente influenciada por membros da igreja católica e nasce com um caráter muito pragmático, que era o de preservar seus patrimônios.

A luta de Larzac se insere na esteira de Maio de 68. Foi uma luta que se iniciou relativamente pequena e circunscrita àquela região, mas que ganhou em pouco tempo a adesão maciça de militantes de todos os tipos provenientes de toda França²⁶. Toda essa mobilização atingiu seu êxito em 1981, quando François Mitterrand, recém eleito presidente da França pelo Partido Socialista Francês, cumpre a promessa da campanha eleitoral e anula o decreto de expansão do campo militar.

A partir desse momento tem início um processo de gerenciamento das terras que haviam sido desapropriadas e que agora seriam cedidas a partir de um contrato de uso a uma associação recém criada. Essa associação reuniu grande parte daqueles que chegaram naquela região atraídos pela luta que ali ocorria. Agora eles haviam se “transformado” em camponeses. Essa associação estabeleceu uma distribuição dos lotes entre os interessados e estes teriam direito de uso até o momento em que se aposentassem. A partir daí uma nova família que estivesse interessada em trabalhar no campo substituiria aquela que acabava de se aposentar. Esse

²⁵ José Bové, ativista do movimento camponês e candidato às eleições presidenciais da França no pleito de 2007, entrou para a cena pública mundial quando liderou um protesto contra o Mc Donald da cidade de Millau em represália à decisão dos EUA em sobre-taxar a importação do queijo Roquefort.

²⁶ Sobre a luta do Larzac veja, dentre uma grande variedade de publicações: Hardy; Gabey (1974), Martin (1987), Alland Jr. (1995). Há dois filmes que abordam essa luta, um deles recupera antigas imagens que são comentadas por alguns de seus protagonistas ainda vivos. O outro filme se dedica à realidade do Larzac atualmente. O primeiro se chama “*La Lutte du Larzac*” realizado por Philippe Cassard e lançado em 2003; o segundo se chama “*Les brebis font de la résistance*” de Catherine Pozzo di Borgo lançado em 2008.

processo era público e se dava na forma de seleção de projetos de produção adequados à região e às necessidades da Associação²⁷.

Era aqui onde queria chegar quando salientei a possibilidade de comparação com o MST, para além de vários outros pontos de contatos salientados acima. Como ressaltado anteriormente, a luta original se caracterizava pela resistência dos camponeses em vender suas terras ao governo e se verem obrigados a se desfazerem daquele patrimônio material e cultural transmitido ao longo de várias gerações. Já os “neo-rurais” ao se instalarem naquela região passaram a desenvolver uma nova forma de relacionamento com a terra. Entre aqueles que chegaram depois, motivados por aquela luta e com o desejo de tornarem-se camponeses, não ocorre uma reivindicação da posse da terra, o que estava em jogo para eles era o direito ao seu uso “*comme outil de travail*”. Sempre tratada dessa forma, simplesmente como ferramenta de trabalho, eles consolidaram o entendimento de que a transmissão geracional não deveria vigorar. O próprio José Bové considerou que os estudos camponeses que tratam a terra como parte de um patrimônio familiar – ou seja, uma compreensão de que a terra é um bem que vai bastante além da sua dimensão material e que, portanto, deve se manter com a família ao longo das várias gerações – “*são uma caricatura*”, não refletem a realidade nem contemporânea e nem histórica. Atribui essa distorção à influência marxista em tais estudos. Como grande conhecedor do MST e de suas principais lideranças, considera também que a luta do MST é equivocada já na sua origem. Segundo Bové, lutar pela posse da terra não irá resolver os problemas dos sem-terra que sempre se reproduzirão como sem-terra. O ideal é o formato que, segundo ele, historicamente caracterizaram os que trabalham na terra, ou seja, somente afastando a possibilidade de transmissão intergeracional é que a terra continuará nas mãos dos camponeses.

No entanto, devo salientar que apesar desse posicionamento, havia um acordo tácito entre os associados de que os filhos teriam prioridade na sucessão de seus pais. Além disso, pude notar que os próprios pais não se imaginavam deixando para outros a propriedade na qual “sempre” moraram, menos ainda se verem obrigados a deixar o lugar no qual estabeleceram grande parte de suas relações sociais. Nesse sentido, para continuarem vivendo naquele local, mesmo quando a propriedade havia sido destinada a novos camponeses, eles tinham direito a um pequeno lote onde poderia construir sua habitação.

Essas também são questões bastante custosas ao MST. Seu ideário de trabalho coletivo que a duras penas se implantou em certos assentamentos, sofre constantes reveses. A maior parte dos assentamentos, sobretudo os que foram criados mais recentemente, não logram constituírem grupos de trabalho coletivo, nem mesmo associações de máquinas e produção. Frente ao *ethos*

²⁷ Evitavam-se projetos que competissem com aqueles já implantados.

camponês no qual o trabalho autônomo, a liberdade de ação, o controle do próprio tempo, as relações de parentesco e vizinhança, etc, são dimensões constituintes, o trabalho coletivo não se apresenta como possibilidade redentora, uma vez que submete toda essa visão de mundo a uma dinâmica definida conforme as necessidades mais urgentes determinadas pelo ritmo e valor do trabalho e pelas relações organizativas. Da mesma forma, para o perfil atual de seus integrantes que em grande parte se sociabilizou na cidade sob outra lógica produtiva e de relacionamento social, essa possibilidade parece ainda mais remota. Novamente, os poucos que se lançam tal desafio são aquelas principais lideranças que estão acampadas cultivando o ideal de se reunirem coletivamente para viverem o sonho de uma comunidade de vida e de produção. São eles que buscam realizar na prática um modelo de transformação das estruturas sociais e mentais capitalistas a partir da constituição de um modelo comunitário e societário. Esse é um verdadeiro código moral entre os que estão na linha de frente do movimento. O individual deve estar submetido à supremacia dos propósitos mais nobres, aqueles formulados coletivamente e com pretensões civilizadoras.

CONCLUSÃO

Organizei este artigo buscando traçar, inicialmente, análises que dessem conta das características do acampamento e do assentamento pesquisados de forma que fosse possível compreender os novos e variados perfis de assentados e sua relação com as mudanças na forma de se estabelecerem como agricultores (ou não) justificando a imagem que construíram e a luta que empreenderam.

Muito em função dessa identidade e dessa imagem que construíram ao longo desse extenso percurso, alguns eventos produziam efeitos marcantes na dinâmica organizativa e nos relacionamentos sociais vivenciados nesses espaços. Por mais que as identidades sociais sejam construídas essencializando certas características, o processo dialético que faz emergir novas situações impõe reformulações na forma como se posicionam e se constituem frente às novas condições de existência que passam a experimentar. Nesse sentido, ainda que possa ser notado um grande esforço para sustentar uma imagem coerente com essa identidade frente ao mundo externo, a contradição é parte de sua constituição. É dizer, por exemplo, que entre os militantes do MST, o arrendamento de terras é a expressão máxima da exploração capitalista e da valorização da renda da terra, mas, tal convicção não impediu que, frente a uma certa constituição de um novo espaço de sobrevivência, se buscasse uma ação adaptativa. E, nesse caso, a justificativa prática para tal atitude (o arrendamento) fazia referência à necessidade de um tempo de adaptação e as dificuldades impostas pelas características naturais do assentamento.

Abordando empiricamente estes eventos e situações, ordinárias ou extraordinárias, visava jogar luz sobre determinados aspectos da realidade desses espaços relacionados à luta pela terra e ao MST considerando que não se compreende tal realidade aceitando como definitivos certos pressupostos. Ou seja, as novas condições de sobrevivência impõem uma série de provas ao que foi idealizado em termos de reforma agrária e também em relação às regras formais e informais com as quais lidam os operadores de políticas públicas e os dirigentes dos movimentos sociais para fazer valer, na prática, aquele ideal. As reações, os conflitos e os ajustes que vão sendo vividos pelos atores desse processo vão lhes atribuindo novos sentidos e nos rumos. Em consideração a isso, ao colocar acento nessas questões contraditórias relativas à vivência prática nesses espaços busco não uma denúncia do fracasso da reforma agrária ou uma aposta no fim dos movimentos sociais que reivindicam terra. Ao contrário, o que os elementos empíricos aqui analisados interpelam é a idealização que se sedimentou entre grande parte dos diversos atores envolvidos com essas questões produzindo, dessa forma, obstáculos à compreensão das mudanças que estão se operando.

O que me pareceu evidente é a concretização, na prática cotidiana desses agentes, das incongruências entre os lemas que o MST forjou ao longo de sua história e as alternativas de sobrevivência que estão sendo desenvolvidas pelos assentados. De fato, para alguns, estas transformações colocam em cheque a própria pertinência da reforma agrária e pode significar o enfraquecimento do MST como organizador dos pobres do campo (e da cidade).

Mas, a partir das análises aqui desenvolvidas, o que considero significativo é que o espaço para uma reforma agrária nos moldes clássicos, aquele condensado simbolicamente no lema, bastante caro ao MST, “Terra para que nela trabalha”, pode ter chegado ao seu limite, ao menos em relação a determinadas localidades²⁸. Tal constatação pode ainda carecer de maiores estudos, no entanto, o que talvez já esteja evidente é a necessidade de reformulações dos rumos e do sentido da reforma agrária (e dos movimentos que a reivindicam) de forma que expresse os contornos que estão sendo impostos pelas novas condições definidas pelos assentamentos e pelos demandantes por terra. Uma terra que não deverá, obrigatoriamente, ser a única e nem mesmo a principal fonte a partir da qual as famílias estabelecerão suas estratégias de sobrevivência.

²⁸ Graziano da Silva (2001) entre outros pesquisadores, já havia defendido uma reforma agrária que levasse em consideração a transformações que o meio rural têm experimentado.

BIBLIOGRAFIA

- ALLAND JR., A. *Le Larzac et après: l'étude d'un mouvement social novateur*. Paris: Editions L'Harmattan, 1995.
- BOURDIEU, P. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas, SP: Papius, 2000, pp. 97-119.
- BOURDIEU, P. Une class objet. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 17-18, nov., 1977.
- CHAVES, C. A. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Nuap/UFRJ, 2000.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade Vol 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1982].
- GRAZIANO DA SILVA, J. Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil? *Revista Ciência Hoje*, SBPC/São Paulo, vol 27 no.170, pp.81-83, abril de 2001.
- HARDY, Y.; GABEY, E. *Dossier L... comme Larzac*. Paris: Editions Alain Moreau, 1974.
- KUNDERA, M. *A brincadeira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- MARTIN, Didier. *Le Larzac: utopies et réalités*. Paris: Editions L'Harmattan, 1987.
- NOVAES, R. R. *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania*. São Paulo: Editora Marco Zero, Rio de Janeiro: ISER, 1985.
- SAYAD, A. *Um Nanterre algérien, terre de bidonvilles*. Paris: Autrement, 1995.
- SIMMEL, G. O segredo. *Revista Política e Trabalho*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 1999. Disponível em: <http://www.geocities.com/ptreview/15-simmel.html>, consultado em 20/05/2007.
- SIMMEL, G. La gratitude, essai de sociologie / La fidélité, essai de sociopsychologie. In: SIMMEL, G. *La parure et autres essais*. Paris: Edition de la Maison des Sciences de l'Homme, 1998.
- WEBER, M. "Rejeições religiosas do mundo e suas direções". In. WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, pp. 371-407.